



4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 114.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 1986.  
TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Edmar Luiz Costa. Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezzi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Edilson Alencar, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, REQUER, após ouvido o douto Plenário e usando de suas atribuições regimentais e legais, Regime de Urgência para o Projeto de

Lei n. 269/86, que trata da transformação de cargos que especifica, no Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado.

Sala das Sessões, em 11.11.86.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER dispensa de Redação Final dos projetos aprovados em 3.<sup>a</sup> Discussão na presente sessão, e que não sofreram emendas.

Sala das Sessões, em 11.11.86.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, após ouvido o Plenário, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ANADYR DE MOURA CARVALHO, ocorrido no dia 5 do corrente, na cidade de Contenda.

Com seu jeito simples, o Senhor Anadyr de Moura criou sua família e se destacou em sua região natal, pela firmeza de suas convicções, pela honradez de sua conduta e por sua respeitabilidade como homem íntegro.

Tal passamento veio entristecer a sociedade daquele município vizinho, bem como sua família, face o extinto ser o genitor do ilustre Vereador Ataul Franco de Carvalho.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa de Leis, se dê ciência à família enlutada, na pessoa de seu filho, o Vereador Ataul Franco de Carvalho, na Câmara Municipal de Contenda.

Sala das Sessões, em 11.11.86.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente à Secretaria do Interior, solicitando a instalação de uma torre com antena repetidora de televisão, no distrito de Porto Santana, no município de Laranjeiras do Sul.

Sala das Sessões, em 11.11.86.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente à Secretaria dos Transportes solicitando que seja construída uma ponte de concreto sobre o Rio do Cobre, na Gleba 9, no Distrito do Paiquerê, no município de Laranjeiras do Sul.

Sala das Sessões, em 11.11.86.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA  
Líder do PDS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente à Secretaria do Interior, solicitando a instalação de uma torre com antena repetidora de televisão, no Distrito de Rio da Prata e Paiquerê, no município de Laranjeiras do Sul.

Sala das Sessões, em 11.11.86.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA  
Líder do PDS

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 271/86

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná.

#### D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica criado o Município de Pinhais, com território desmembrado do Município de Piraquara, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

"Começa na confluência dos Rios Iguaçu com o Rio Atuba; sobe por esse acima até encontrar a Estrada da Graciosa; sobe por esta acima até encontrar o Rio Palmital, e segue por este até o ponto de partida".

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.11.1986.

(a) ANIBAL KHURY.

#### JUSTIFICATIVA:

Com o presente projeto de lei, visamos criar o Município de Pinhais, que representa um justo e antigo anseio da comunidade, através de seus moradores. É inegável o desenvolvimento que vem sendo observado na região, quer seja através da criação de novos equipamentos urbanos, quer seja a nível de organização social.

Destaca-se a instalação de indústrias e melhoria no setor agro-pecuário de comércio e de serviços.

O Distrito de Pinhais por sua pujança na participação em todos os setores de desenvolvimento do nosso Estado, merece que seja elevado a Município, pois, é fato facilmente constatável que os benefícios daí

advindos atenderão aos interesses e expectativas da população.

É importante salientar que a população de Piraquara em 1980, segundo estimativas, era de 70.640 habitantes e a projeção para 1990 é de 186.533 habitantes. Tal constatação o coloca como um dos Municípios mais populosos do Estado, justificando ainda mais a proposta ora apresentada.

#### LEI N. 4966

Data: 19 de Novembro de 1964.

Súmula: Cria o Distrito Administrativo e Judiciário de Pinhais, no município de Piraquara. Transfere para a localidade de Cadeadinho o distrito de Itaparã, município de Irati.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º - Fica criado no Município de Piraquara o Distrito Administrativo Judiciário de Pinhais, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

Começa na confluência dos rios Iguaçu com o rio Atuba, sobe por esse até encontrar a estrada da Graciosa, sobe por esta acima até encontrar o rio Palmital, segue por este até o ponto de partida.

Art.2.º - Fica transferida para a localidade de CADEADINHO o distrito administrativo e judiciário de Itaparã, da Comarca e Município de Irati conforme suas divisas e denominação, passando em consequência, a localidade de Itaparã a denominar-se CADEADINHO.

Art.3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba,  
em 19 de Novembro de 1964.

(aa) NEY BRAGA

Lauro Rego Barros

Felipe Aristides Simão

Ref. Protoc. n. 21.101/64.PG

Projeto de Lei n. 272/86

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarado de utilidade pública o Movimento de Ação Ecológica-MAE, com sede e foro em Curitiba- Pr.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 1986

(a) Paulo Furiatti.

#### JUSTIFICATIVA:

O Movimento de Ação Ecológica-MAE, é uma entidade sem fins lucrativos, uma so-

cidade civil de caráter cultural, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços junto à comunidade, no sentido da preservação da vida vegetal e animal, bem como o ar, água e solo, principalmente o meio ambiente e os seres vivos.

Assim sendo, justo que mereça o reconhecimento público estadual, o que estamos propondo à consideração dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Não havendo expediente e nem oradores inscritos no Pequeno e no Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PDS se fará uso do Horário que lhe é destinado. Declina.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTB, através do seu líder Deputado Fuad Nacli. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PFL. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PL. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PCB.

Concedo a palavra, ao Senhor Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não poderia deixar de usar este horário, para fazer alguns comentários rápidos em relação ao que vem sendo tratado, tanto no âmbito da Justiça Eleitoral, como dos partidos políticos e das candidaturas as eleições desse sábado próximo.

Trata-se do assunto "boca de urna".

Na nossa opinião, urna não é piranha para ter boca e o eleitor não é boi para ser tanguado como gado, no dia das eleições.

A famigerada "boca de urna" é uma infeliz tradição da política brasileira, fruto ainda do baixo nível de politização e fruto de uma prática política nefasta que prioriza o voto inconsciente em troca do debate, da discussão, do esclarecimento, da politização do eleitor.

O Tribunal Regional Eleitoral, como todos sabemos, revogou nestes últimos dias, nestas últimas horas, a Resolução n. 112 que delimitava em cem metros o trabalho, o assim chamado trabalho de "boca de urna". A nossa opinião é muito menos trabalho e mais uma pouca vergonha que, na política brasileira ainda acontece, e que vem nestas últimas horas, inclusive comunico aos Senhores Deputados e a Casa que, em Londrina, os partidos políticos e representantes de candidatos, definiram cadastrar hoje e amanhã, fiscais contra a "boca de urna". Em Londrina, houve um entendimento, de que as candidaturas de vá-

rios partidos e estes, estão recadastrando junto à Justiça Eleitoral e atuarão com respaldo da justiça eleitoral fiscais contra a boca de urna.

Estamos acompanhando pela imprensa, que o TRE vem anunciando, vem tentando cumprir a Resolução do TSE, no sentido de anunciar a não existência de "boca de urna" nesse próximo sábado.

Queríamos, nesse momento, através da presença dos Senhores Deputados e da Direção da Casa, sugerir de que o TSE não atue só no dia, no sábado, dia 15, mas atue preventivamente. Nós estamos oficialmente sugerindo ao TSE e acho que a Casa poderia fazê-lo como puder, que atue preventivamente, recolhendo e existe aí instrumentos para tanto. A Polícia Federal sabe muito bem quais são as candidaturas que estão arregimentando cabos eleitorais para o dia das eleições, remunerando e já preparando esse trabalho e que para evitar o tumulto no dia 15, se é que se quer de fato cumprir a Resolução do TSE, que atue preventivamente, como tudo que deve-se fazer na vida, seja na saúde, seja na segurança e também nas eleições; que na sexta-feira recolha junto aos comitês eleitorais ou outros locais, todo o material destinado ao trabalho de "boca de urna". Que o TRE, convoque, imediatamente, uma reunião extraordinária com os partidos políticos, com as representações de candidaturas em cada Município do Paraná e que oriente a respeito das punições.

Nós, do Partido Comunista Brasileiro, estamos realizando uma reunião extraordinária hoje, quando provavelmente indicaremos e daremos as condições, os instrumentos necessários a todos os militantes do Paraná, seja de qualquer partido com quem nós temos a coligação, no sentido de impugnar as sessões eleitorais, as candidaturas que vierem infringir esta disposição do Tribunal Superior Eleitoral. Se é que de fato todo mundo no discurso vem apoiando as medidas do TRE, no sentido de evitar a pouca vergonha nesta "boca de urna", nós queremos que esse discurso se viabilize na prática e estamos preocupados que não se gere o tumulto, no sábado dia 15, e esse só poderá ser evitado se de fato o TRE tomar as medidas com a antecedência necessária.

Na nossa opinião, portanto, recolhendo todo o material de "boca de urna" preparado e estocado pelas candidaturas, pelos partidos, e realizando a reunião extraordinária que, inclusive, comunique sobre as punições a que estarão sujeitos os candidatos e os partidos que insistirem em infringir a Resolução do Tribunal Superior Eleitoral.

Tenho certeza de que será muito mais representativo do pensamento da população

paranaense, uma eleição que reflita no seu resultado das urnas, a real avaliação que cada eleitor, com consciência, tenha feito, durante estes meses de campanha, até o dia 15.

Se, no dia 15 se confirmar, como as pesquisas e como as avaliações vêm anunciando, um elevado número de votos nulos e em branco, especificamente para candidaturas de deputados federais e estaduais, é bom que se registre e que se tenha isso como resultado das urnas. Muito melhor do que o voto "cambalachado", no dia da eleição, que não reflete, no fundo, o pensamento e a avaliação do eleitor.

Na nossa opinião, então, Senhor Presidente e Senhores Deputados, utilizando com rapidez, este espaço, é para comunicar que nós, do Partido Comunista Brasileiro, a coligação PSB, estamos determinados a cumprir a Resolução do TSE, e a fazer com que ela se cumpra para as demais candidaturas e os demais partidos. Preocupados também, e alertando para o tumulto que possa ocorrer no 15 de novembro, caso a Justiça Eleitoral em todos os Municípios do Paraná, não convoque reuniões extraordinárias, tirando a limpo estas decisões últimas, que tiveram, ida e volta, esta Resolução n. 112 é bem exemplo disso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Consulta à Liderança do PDT, se fará uso de seu horário. (Declina).

Havendo declinado, consulta à Liderança do PMDB. (Declina).

Havendo declinado, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 256/86, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 129/86), que visa normatizar a concessão das férias regulamentares anuais, aos integrantes do Quadro Próprio do Magistério, que prestam serviços administrativos nos estabelecimentos de ensino ou em órgãos da Secretaria da Educação, assim como, dispor sobre a con-

tagem em dobro dessas férias. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e Comissão de Educação. Em Regime de Urgência. Com Emenda de Plenário.

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário do Sr. Deputado Rubens Bueno, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N. 256/86  
Emenda de Plenário

Onde couber:

O artigo 126 da Lei n. 7051/78, de 06 de dezembro de 1978, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 126 - Os vencimentos dos funcionários do Grupo Ocupacional TAF, serão fixados para cada classe, com base no vencimento do Cargo de Agente Fiscal 3, Classe A, Referência I, observados os índices percentuais estabelecidos na Tabela de Escalonamento Vertical, contida no Anexo I, com as alterações introduzidas pela Lei n. 7540/81, de 08 de dezembro de 1981, e Lei n. 8069/84, de 28 de dezembro de 1984."

Parágrafo único. O vencimento mensal do Cargo de Agente Fiscal 3, A-I, do Grupo Ocupacional TAF, será, a partir de 01 de janeiro de 1987, correspondente a três vezes o valor do salário-mínimo.

Sala das Sessões, em 11/11/86.

(a) RUBENS BUENO.

Apoio: DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR,  
ODENI MONGRUEL,  
MÁRCIO ALMEIDA e  
HOMERO OGUIDO,

Em discussão o Projeto.

Em votação a Emenda Aditiva da n. 01, de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista. - **Aprovada.**

Em votação a Emenda de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno. - **Aprovada.**

Em votação o projeto. - **Aprovado.**

Irà à Quarta Discussão.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 258/86, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 141/86), que objetiva autorizar o Poder Executivo a implantar aos Professores e Especialistas de Educação, integrantes do Quadro Próprio do Magistério, o regime diferenciado de trabalho. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e Comissão de Educação. Em Regime de Urgência.

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Adnail Sprenger Passos, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 258/86  
Emenda de Plenário

Artigo único. Inclua-se, onde couber, o seguinte:

"Art. .... - considera-se hora-aula, o período de tempo em que o professor desempenha atividades docentes com o aluno.

"Art. ... - considera-se hora-atividade, o período de tempo em que o professor desempenha atividades relacionadas direta ou indiretamente com a docência.

Parágrafo único. O desempenho da hora-atividade corresponderá a um percentual nunca inferior a 30% (trinta por cento) do regime pelo qual o professor optar.

Art. ... - considera-se como regime de jornada normal de trabalho, 20 (vinte) horas semanais.

Parágrafo único. Os regimes de jornada de trabalho com 30 (trinta) e 40 (quarenta) horas semanais serão tidos como especiais."

Sala das Sessões, em 11/11/86.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

Apoiamto: RUBENS BUENO, TRAJANO BASTOS, ANIBAL KHURY e HOMERO OGUIDO.

Em votação a Emenda. - Aprovada.

Em votação o Projeto. - Aprovado.

O mesmo irá à Quarta Discussão.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 259/86, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n. 142/86), que objetiva alterar os dispositivos que especifica, da Lei Complementar n. 07, de 22/12/76, (Estatuto do Magistério). Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e Comissão de Educação, por unanimidade. Em Regime de Urgência. Com Emendas de Plenário.

Em discussão o Projeto e a Emenda.

Em votação a Emenda de número 01, de autoria dos Srs. Deputados Nestor Baptista e Márcio Almeida. - Aprovado.

Em votação o Projeto. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 260/86, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 143/86), que objetiva dar nova redação ao artigo 34 da Lei Complementar n. 07, de 22/12/76, alterado pela de número 13, de 23/12/81, na parte que trata do interstício para promoções de integrantes do Quadro Próprio do Magistério. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e Comissão de Educação, por unanimidade. Em Regime de Urgência. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 257/86, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 140/86), que objetiva fixar o vencimento mensal do cargo de Professor PA-1, do Quadro Próprio do Magistério, em três vezes o valor do salário-mínimo, a partir de 01 de janeiro de 1987. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e Comissão de

Educação, por unanimidade. Em Regime de Urgência. Com Emenda de Plenário.

Em discussão o Projeto e a Emenda.

Em votação Emenda Modificativa de número 03, de autoria dos Srs. Deputados Nestor Baptista e Márcio Almeida. - Aprovado.

Em votação o Projeto. - Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 01/82, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, que cria o Município de Sulina, desmembrado do Município de Chopinzinho, com as divisas que especifica. Com Parecer Favorável à Emenda Substitutiva da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. - Em discussão.

O SR. FUAD NACLI (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA (Pela Ordem) Sr. Presidente, qual é o projeto que está em votação?

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) É o Projeto número 06 da pauta.

Segunda Discussão do Projeto 01/82, de autoria do Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. FUAD NACLI - (Pela Ordem) Sr. Presidente, declino do pedido de verificação.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Em votação o Projeto e a Emenda.

Em votação a Emenda Substitutiva. - Aprovada.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 288/85, de autoria do Deputado JORGE MAIA FILHO, que cria no Município de Marilândia do Sul, o Distrito Administrativo de Nova Amoreira, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 81/86, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que dispõe sobre a especificação dos limites e confrontações do Município de Ortigueira, de que trata a Lei n. 790, de 14/11/51. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. (Anexo o Projeto de Lei n. 123/86, de autoria do Deputado EDILSON ALENCAR, versando sobre a mesma matéria). - Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 175/86, de autoria do Deputado NILSO SGUARREZI, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Reserva, o imóvel constituído de um prédio de alvenaria com 301,82m<sup>2</sup>, construído nos terrenos 1 e 2, da Quadra n. 25, da Planta Urbana, no Município de Reserva, matriculado sob o n. 2323, de 22 de setembro de 1981, Livro 2, do Registro Imobiliário da Comarca de Reserva. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 187/86, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL DA IGREJA BATISTA EM RENOVACÃO ESPIRITUAL de Rio Negro, com sede e foro na Cidade de Rio Negro. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. - **Aprovado, artigo por artigo.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 196/86, de autoria do Deputado ACIR MEZZADRI, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Porto Amazonas, o prédio de propriedade do Estado, situado na Rua Manoel Ribas, 25, naquela cidade. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. - **Aprovado. (Public. no D.A. n. 88, de 26/08/86).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI N. 196/86**

**P A R E C E R:**

A intenção do nobre Deputado Acir Mezzadri, ao apresentar o projeto de lei em exame, é autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Porto Amazonas, o prédio de propriedade do Estado, situado na rua Manoel Ribas, 25, naquela cidade.

Segundo a justificativa, o referido prédio está edificado em terreno de propriedade da municipalidade, nele funcionando o hospital e a maternidade local.

A Prefeitura Municipal pretende implementar o atendimento hospitalar às suas próprias expensas.

Assim, a doação do prédio representa relevante papel social, contribuindo para o melhoramento dos serviços de saúde para a comunidade.

Sob os aspectos constitucional, legal e regimental, não existe qualquer impedimento para a tramitação da matéria.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do referido projeto de lei.

Sala das Comissões, em 23/10/86.

1.<sup>aa</sup> TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente  
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator.

0 SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) -  
Sobre a mesa, requerimento de autoria

do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Anadyr de Moura Carvalho, ocorrido no dia 05 de novembro do corrente ano, no Município de Contenda. - **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando dispensa de Redação Final dos projetos aprovados em Terceira Discussão na presente sessão, que não sofreram emendas. - **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 269/86, que trata da transformação de cargos que especifica, no Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado. - **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo a instalação de uma torre com antena repetidora de televisão, nos Distritos de Rio da Prata e Paiquerê, no Município de Laranjeiras do Sul. - **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de uma ponte de concreto sobre o Rio do Cobre, na Gleba 9, Distrito de Paiquerê, no Município de Laranjeiras do Sul. - **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo a instalação de uma torre com antena repetidora de televisão, no Distrito de Porto Santana, Município de Laranjeiras do Sul. - **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 12, às 10:00 horas, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

4.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei Complementar n. 256 e 258/86.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 01/82, 288/85, 81, 175 e 187/86.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 196/86.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 171, 186, 204 e 269/86, e dos Projetos de Resolução n. 95 a 98/86.

Levanta-se a sessão.